

Servidores públicos protestam contra mudanças na política ambiental e indigenista

Associações representativas de funcionários da Funai, do Incra, do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente divulgaram nota, neste sábado (13/4) em que manifestam sua “preocupação e posicionamento contrário ao conjunto de recentes iniciativas que alteram drasticamente as políticas socioambientais, com impactos sobre povos indígenas, quilombolas, o público da reforma agrária, bem como sobre o direito de todos os brasileiros e brasileiras a uma sociedade justa e a um meio ambiente saudável”.

A principal reclamação dos servidores é o empoderamento do Ministério da Agricultura, com o consequente conflito de interesses criado com a transferência para aquela pasta de competências relativas à demarcação de terras indígenas e ao licenciamento ambiental dessas terras, determinadas pelo governo Bolsonaro através da Medida Provisória 870/2019. Estas funções eram antes atribuídas à Funai, que migrou do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Serviço Florestal Brasileiro, antes ligado ao Ministério do Meio Ambiente, também passou para o Ministério da Agricultura. Já o Incra, órgão responsável pelas políticas públicas de reforma agrária e regularização fundiária, foi submetido ao Ministério da Agricultura.

Na carta, os servidores afirmam que “a reorganização administrativa”, pretendida pelo governo “orienta-se pela visão de que as terras públicas brasileiras devem submeter-se à exploração econômica privada; que o interesse econômico particular deve sobrepor-se às políticas que atendem ao interesse público e a direitos coletivos e difusos”. Para os servidores, “o Ministério da Agricultura tem como prerrogativa o agronegócio brasileiro e jamais será especializado em áreas tão distantes da sua função institucional”.

A nota se encerra com um apelo: “Defendemos a recomposição das atribuições de cada instituição, mais recursos orçamentários e planos de carreira consistentes com a necessidade de atendimento às demandas a nós delegadas pela lei maior que rege o país.”

Assinam a carta pública:

Indigenistas Associados (INA)

Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi – AN)

Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (Ascema Nacional)

Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA no Distrito Federal (Asibama-DF)

Mais informações: ina@indigenistasassociados.org.br
comunicacao@indigenistasassociados.org.br

Leia a íntegra:

13 de abril de 2019

CARTA ABERTA À SOCIEDADE: A MP 870/2019 E AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS E AGRÁRIAS

Nós, servidores públicos organizados nas associações abaixo identificadas, vimos a público expor nossa preocupação e posicionamento contrário ao conjunto de recentes iniciativas que alteram drasticamente as políticas socioambientais, com impactos sobre povos indígenas, quilombolas, o público da reforma agrária, bem como sobre o direito de todos os brasileiros e brasileiras a uma sociedade justa e a um meio ambiente saudável.

A atribuição ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de competências relativas à demarcação de terras indígenas e ao licenciamento ambiental de empreendimentos com impacto sobre essas terras e seu entorno representa um grave esvaziamento da Funai, da qual o governo pretende retirar setores inteiros, orçamento, servidores, acervo documental e bens patrimoniais, promovendo insegurança institucional e jurídica ao Estado brasileiro.

Para ditar o rumo das políticas de reforma agrária, regularização fundiária rural e reconhecimento de direitos territoriais de indígenas e quilombolas criou-se a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, comandada pelos interesses do agronegócio e vinculada ao Mapa. A iniciativa está relacionada a outras, como a transferência da assistência técnica e da extensão rural (ATER) do Incra para a ANATER/Embrapa e a subordinação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), ambos vinculados ao Mapa. Completando o pacote, o próprio Incra acabou vinculado ao Mapa.

A submissão do SFB ao Mapa ameaça sua missão de promover o uso sustentável das florestas nativas brasileiras por meio dos processos de concessão florestal, das pesquisas sobre a biodiversidade e, principalmente, do subsídio à fiscalização e monitoramento ambiental efetuados pelo Ibama e Instituto Chico Mendes (ICMBio), que se utilizam, dentre outras fontes, de informações constantes do Cadastro Ambiental Rural (CAR). 2

Entendemos que esses aspectos de "reorganização administrativa", como a ela se refere o governo, na verdade significam o enfraquecimento de todo um conjunto heterogêneo de atividades especializadas dentro do executivo federal, como são as áreas indígenista, quilombola, ambiental e de reforma agrária. A iniciativa orienta-se pela visão de que as terras públicas brasileiras devem submeter-se à exploração econômica privada; que o interesse econômico particular deve sobrepor-se às políticas que atendem ao interesse público e a direitos coletivos e difusos.

As políticas públicas para apoio às atividades produtivas em assentamentos rurais, unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas e quilombolas certamente têm muito a ser aprimoradas. No entanto, devem seguir marcos normativos e princípios norteadores específicos, orientados e articulados pelos órgãos e entidades especializados - o MMA e suas entidades vinculadas, o Incra, a Funai. O Mapa tem como prerrogativa fomentar o agronegócio brasileiro, e jamais será especializado em áreas tão distantes da sua função institucional. Homogeneizar a execução de políticas específicas, inserindo-as em lógicas diversas às de suas próprias constituições, promoverá a perda do sentido global de atuação de cada órgão ou autarquia e, sobretudo, do Estado para com a demanda social, seja ela indígena, ambiental, dos beneficiários do programa de reforma agrária ou dos remanescentes de quilombos.

Defendemos o fortalecimento das políticas socioambientais e agrária brasileiras, como rege a Constituição Federal de 1988, por meio de uma gestão de fato eficaz pelo Estado, em favor de sua população, e não contra ela, ou em favor somente de interesses privados. Defendemos a recomposição das atribuições de cada instituição, mais recursos orçamentários e planos de carreira consistentes com a necessidade de atendimento às demandas a nós delegadas pela lei maior que rege o país. Estamos a serviço de políticas públicas de que a sociedade brasileira precisa, e que tanto merece. Trabalhamos para cumprir com nossa missão, da qual não iremos nos desviar!

#FUNAIinteira

#SFBnoMMA

#ATERénaReformaAgrária

#NãoAoRetrocessoSocioambiental 3

Assinam esta carta:

Indigenistas Associados (INA)

Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi – AN)

Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (Ascema Nacional)

Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA no Distrito Federal (Asibama-DF)